DICOR/DPF Fls. 2883 Rub.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL DIRETORIA DE INVESTIGAÇÃO E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO GINO/STF/DICOR – GRUPO DE INQUÉRITOS DO STF

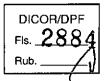
TERMO DE DECLARAÇÕES que presta LUIZ INACIO LULA DA SILVA:

Ao(s) 16 dia(s) do mês de dezembro de 2015, neste(a) Edifício-Sede do Departamento de Polícia Federal, em Brasília/DF, onde presente se encontrava JOSELIO AZEVEDO DE SOUSA, Delegado de Polícia Federal, Classe Especial, Matrícula/DPF n.º 9.518, lotado(a) e em exercício no(a) Diretoria de Investigação e Combate ao Crime Organizado DICOR/DPF, compareceu LUIZ INACIO LULA DA SILVA, sexo masculino, nacionalidade brasileira, casado(a), filho(a) de Aristides Inacio da Silva e Euridice Ferreira de Melo, nascido(a) aos 06/10/1945, natural de Garanhuns/PE, instrução segundo grau completo, profissão Metalúrgico, Documento de Identidade n.º 4343648 - SSP/SP, inscrito_(a) no CPF/MF sob o n.º 070.680.938-68, residente na_(o) Avenida Francisco Prestes Maia, n.º 1501, Bloco 01, Apto. 122, Bairro Santa Terezinha, CEP 09770-000, São Bernardo do Campo/SP. Inquirido(a) pela Autoridade Policial a respeito dos fatos em apuração no presente apuratório, RESPONDEU: QUE em seu primeiro mandato os principais Partidos que compunham a sua base aliada eram: uma parte do PMDB, PTB, PT, PR, PCdoB, PDT, PSB e PP; QUE, além destes, havia outros Partidos que não se recorda; QUE em seu segundo mandato foram mantidos os mesmos Partidos e ainda houve o apoio majoritário do PMDB; QUE este apoio estava baseado na afinidade dos Partidos com o programa de governo elaborado nas duas campanhas; QUE, em uma política de coalizões, presume-se que haja a distribuição de Ministérios e cargos importantes do Governo para os Partidos Políticos que compõem a base de apoio; QUE seu primeiro Presidente nomeado para a PETROBRAS foi JOSÉ EDUARDO DUTRA; QUE JOSÉ EDUARDO DUTRA foi uma indicação pessoal do Declarante, posto que era oriundo do setor petroquímico, Geólogo, ex-Senador e também Sindicalista; QUE via JOSÉ EDUARDO DUTRA como alguém suficientemente competente para gerenciar a PETROBRAS; QUE o nome de RENATO DUQUE para assumir a Diretoria de Serviços da PETROBRAS não foi uma indicação do Declarante;

RE N.º 0008/2015-1 - GINQ/STF/DICOR (INQ. N.º 3989 - STF)

b / by M

fls. 1/9





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL DIRETORIA DE INVESTIGAÇÃO E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO GINO/STF/DICOR – GRUPO DE INQUÉRITOS DO STF

QUE o nome de RENATO DUQUE foi levado à Casa Civil da Presidência da República, à época chefiada por JOSÉ DIRCEU; QUE cabia à Casa Civil receber as indicações partidárias e escolher a pessoa que seria nomeada; QUE não sabe se foi o PT ou outro Partido Político que indicou RENATO DUQUE para assumir a Diretoria de Serviços; QUE não conhecia RENATO DUQUE; QUE não participou do processo de escolha do nome de RENATO DUQUE; QUE acha que NESTOR CERVERÓ foi uma indicação política do PMDB; QUE NESTOR CERVERÓ era um funcionário de carreira da PETROBRAS; QUE o processo de escolha dos nomes dos Diretores não contava com a participação do Declarante: QUE o Declarante recebia os nomes dos Diretores a partir de acordos políticos firmados; QUE este processo de acordos políticos eram feitos normalmente pelo Ministro da área, pelo Coordenador Político do Governo e pelo Partido interessado na nomeação; QUE teve vários Coordenadores Políticos ao longo de seus oito anos de mandato; QUE pode citar: TARSO GENRO, JACQUES WAGNER, ALEXANDRE PADILHA, ALDO REBELO etc.; QUE não se recorda qual destes articuladores políticos tratou das nomeações de RENATO DUQUE e também de NESTOR CERVERÓ; QUE, no caso de PAULO ROBERTO COSTA, seu nome foi apresentado pelo Partido Progressista; QUE, assim como nos demais, o nome de PAULO ROBERTO COSTA foi levado à Casa Civil para deliberação e posterior nomeação pelo Declarante; QUE os nomes dos indicados pelos Partidos não eram levados diretamente ao Declarante; QUE, como explicado acima, o processo de escolha passava pela discussão com os diversos envolvidos no aspecto político e não somente com o Ministro-Chefe da Casa Civil; QUE ao final deste processo o Declarante concordava ou não com o nome apresentado, a partir dos critérios técnicos que credenciavam o indicado; QUE indagado se tratou com JOSÉ JANENE sobre a indicação de PAULO ROBERTO COSTA para assumir a Diretoria de Abastecimento da PETROBRAS, o Declarante afirma que nunca conversou com JOSÉ JANENE a respeito de qualquer assunto; QUE nunca tratou com PEDRO HENRY ou com PEDRO CORREA sobre a indicação de PAULO ROBERTO COSTA; QUE nunca tratou com qualquer Liderança de qualquer Partido sobre a indicação de algum nome para cargo da Administração Pública; QUE os nomes eram apresentados pelo Governo, ou seja,

STF)

Lot Jel M

fls. 2/9

DICOR/DPF
Fis. 2885
Rub.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL DIRETORIA DE INVESTIGAÇÃO E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO GINO/STF/DICOR – GRUPO DE INQUÉRITOS DO STF

pelos articuladores políticos que levavam o nome à Casa Civil da Presidência; QUE nunca se sentiu pressionado pelo Partido Progressista a fim de que PAULO ROBERTO COSTA fosse nomeado Diretor de Abastecimento da PETROBRAS; QUE o PMDB nunca ofereceu apoio político ao Governo a fim de manter PAULO ROBERTO COSTA no cargo de Diretor de Abastecimento, e se ofereceu tal apoio isto não chegou ao conhecimento do Declarante; QUE indagado sobre quais Diretores da PETROBRAS foram indicados pelo Partido dos Trabalhadores, o Declarante afirma que talvez RENATO DUQUE tenha sido uma indicação do PT; QUE JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI foi uma indicação pessoal do Declarante; QUE indicou JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI para ser Diretor Financeiro da PETROBRAS em razão do mesmo ser um Economista altamente capacitado e por ser alguém de sua confiança; QUE, da mesma forma, a indicação de JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI para assumir a Presidência da Companhia foi uma escolha do Declarante; QUE deseja afirmar que durante seus oito anos de mandato não foram divulgadas ou informadas pela Polícia Federal, pelo Ministério Público ou pela imprensa denúncias que envolvessem os nomes dos Diretores acima nominados; QUE conheceu JOÃO VACCARI NETO quando o mesmo presidia o Sindicato dos Bancários do Estado de São Paulo; QUE sua relação com JOÃO VACCARI NETO no Partido foi pequena, posto que em 1996 o Declarante deixou a Presidência do PT; QUE em 2001, quando assumiu a Presidência da República, passou a ter menos contato com a Direção do Partido; QUE JOÃO VACCARI assumiu a Tesouraria do Partido em 2010; QUE soube pela Direção do Partido que JOÃO VACCARI fez um excelente trabalho à frente da Tesouraria do PT; QUE todos os membros da Direção do Partido, inclusive seu Presidente, RUI FALCÃO, declararam a qualidade do trabalho desempenhado por VACCARI no comando da Tesouraria do PT; QUE tinha uma relação de amizade com JOÃO VACCARI NETO; QUE não se encontrava com JOÃO VACCARI com grande frequência, às vezes passando meses sem vê-lo; QUE, geralmente, encontrava JOÃO VACCARI em eventos do PT; QUE ao longo de seus oitos anos na Presidência não teve qualquer encontro reservado com JOAO VACCARI NETO; QUE não crê na afirmação de PAULO ROBERTO COSTA de que 2% (dois por cento) do valor dos contratos celebrados na Diretoria de

RE N.º 0008/2015-1 - GINQ/STF/DICOR (INQ. N.º 3989 - STF)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL DIRETORIA DE INVESTIGAÇÃO E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO GINO/STF/DICOR – GRUPO DE INQUÉRITOS DO STF

Abastecimento da PETROBRAS eram carreados para o Partido dos Trabalhadores por meio de JOÃO VACCARI NETO; QUE atribui tal afirmação aos benefícios que a Colaboração Premiada dá ao delator; QUE não conhece PEDRO BARUSCO; QUE, de igual forma, não acredita na afirmação de PEDRO BARUSCO de que um percentual do valor dos contratos celebrados pela Diretoria de Servicos eram destinados ao Partido dos Trabalhadores por meio de JOÃO VACCARI NETO; QUE atribui as afirmações de PEDRO BARUSCO aos benefícios concedidos pela Colaboração Premiada; QUE não se recorda a data exata em que conheceu o Empresário RICARDO PESSOA; QUE deve ter conhecido RICARDO PESSOA em alguma inauguração ou em um dos muitos eventos com empresários dos quais participou; QUE somente em 2011 esteve de maneira reservada com RICARDO PESSOA, quando o mesmo foi ao INSTITUTO LULA convidar o Declarante para proferir uma palestra em uma empresa do próprio RICARDO PESSOA; QUE não possuía relação de amizade com RICARDO PESSOA; QUE a contratação para a palestra foi feita pela UTC, porém, o Declarante não se recorda se a palestra foi realizada na sede da UTC; QUE foi contratado para dar palestra para a UTC apenas uma vez; QUE não crê na afirmação de RICARDO PESSOA de que o mesmo realizou o pagamento de vantagens indevidas para o PT por meio de JOÃO VACCARI NETO: QUE atribui esta afirmação de RICARDO PESSOA ao seu intuito de obter benefícios por meio da Colaboração Premiada; QUE indagado a que atribui a condenação, em primeira instância, de JOÃO VACCARI NETO, o Declarante afirma que a mesma se deve às Delações Premiadas; QUE a condenação de JOÃO VACCARI NETO não é definitiva e que acredita que o mesmo será absolvido; QUE não acredita que JOÃO VACCARI NETO tenha obtido vantagens indevidas a partir dos contratos celebrados pela PETROBRAS, uma vez que era conhecedor da Legislação; QUE acredita que as acusações feitas contra JOÃO VACCARI NETO são, na verdade, resultados dos benefícios referentes às delações dos diversos Colaboradores da OPERAÇÃO LAVA JATO; QUE desde o início da década de oitenta conhece JOSÉ DE FILIPPI JÚNIOR; QUE não foi o Declarante quem escolheu JOSÉ DE FILIPPI para ser o Tesoureiro de sua campanha em 2006; QUE JOSÉ DE FILIPPI foi escolhido pela Coordenação da Campanha em razão de ser uma pessoa

RE N.º 0008/2015-1 - GINQ/STF/DICOR (INQ. N.º 3989 - STF)

lef

fls. 4/9

DICOR/DPF
Fis. 2887
Rub.



DIRETORIA DE INVESTIGAÇÃO E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO GINQ/STF/DICOR – GRUPO DE INQUÉRITOS DO STF

competente, com experiência política e preparada para o cargo; QUE o Coordenador de Campanha costuma ser o Presidente do Partido; QUE até o primeiro turno das Eleições o Presidente do Partido era RICARDO BERZOINI; QUE em seguida o sucedeu MARCO AURÉLIO GARCIA; QUE não orientou ou solicitou a JOSÉ DE FILIPPI para que procurasse a QUEIROZ GALVÃO ou qualquer outra empresa a fim de obter doações para a sua campanha no ano de 2006; QUE não acredita que JOSE DE FILIPPI tenha solicitado de forma não oficial a quantia de R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais) ao consórcio encarregado da construção da Plataforma P-53; QUE não acredita em tal fato em razão de que JOSÉ DE FILIPPI era uma pessoa experiente e conhecedora da legislação eleitoral, tendo inclusive participado de outras três campanhas próprias para Prefeito da cidade de Diadema/SP; QUE atribui, novamente, a afirmação de RICARDO PESSOA aos benefícios concedidos pelo instituto da Colaboração Premiada; QUE conheceu JOSÉ CARLOS BUMLAI na campanha para as Eleições de 2002; QUE conheceu BUMLAI quando da gravação de um programa eleitoral relacionado à Agricultura; QUE este programa foi gravado em uma fazenda de BUMLAI, e cujo nome não se recorda no momento; QUE possui relação de amizade com JOSÉ CARLOS BUMLAI; QUE recebeu por algumas vezes JOSÉ CARLOS BUMLAI em Brasília/DF; QUE algumas vezes BUMLAI se hospedou na Granja do Torto e outras vezes em hotéis da cidade; QUE não sabe precisar quantas vezes BUMLAI se hospedou na Granja do Torto; QUE acha que BUMLAI nunca se hospedou no Palácio da Alvorada; QUE indicou BUMLAI para integrar o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social; QUE o Conselho era formado por mais de 100 (cem) empresários indicados por diversos segmentos da sociedade; QUE BUMLAI era um dos representantes do Setor Agrícola; QUE não solicitou a BUMLAI que contraísse em seu próprio nome empréstimo no interesse do Partido dos Trabalhadores; QUE não tratou com BUMLAI sobre eventual empréstimo contraído por ele em benefício do PT; QUE jamais tratou com BUMLAI sobre dinheiro ou valores, o que o Declarante ressalta como algo merecedor de respeito; QUE tomou conhecimento dos boatos sobre a contratação deste empréstimo através da imprensa, há algum tempo; QUE indagado se conhecia alguém do Grupo SCHAHIN, o Declarante afirma que teve contato com o mais

RE N.º 0008/2015-1 - GINQ/STF/DICOR (INQ. N.º 3989 - STF)

L X la

fls. 5/9



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL DIRETORIA DE INVESTIGAÇÃO E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO GINO/STF/DICOR – GRUPO DE INQUÉRITOS DO STF

velho deles, cujo nome não se recorda, mas sabe que o sobrenome era SCHAHIN, e este contato se deu em algum evento empresarial no Palácio do Planalto; QUE este membro da família SCHAHIN participou de algumas reuniões do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social; QUE nunca esteve com o mesmo de maneira reservada; QUE em sendo mostrada uma foto de SALIM SCHAHIN, o Declarante o reconhece como sendo o integrante da família SCHAHIN com quem esteve nos eventos acima descritos; QUE não tomou conhecimento da realização de empréstimos em benefício do PT realizados através de terceiros; QUE nunca solicitou a DELUBIO SOARES a realização de empréstimos em benefício do PT; QUE não tomou conhecimento do processo de escolha pela PETROBRAS da empresa operadora do Navio Sonda VITORIA 10000; QUE não recebeu de JOSÉ CARLOS BUMLAI qualquer pedido para que interferisse neste processo de escolha a fim de beneficiar o Grupo SCHAHIN; QUE não tratou diretamente a respeito da substituição de NESTOR CERVERÓ por JORGE ZELADA na Diretoria Internacional da PETROBRAS; QUE o processo de escolha de JORGE ZELADA seguiu os mesmos trâmites acima descritos para os demais Diretores da Companhia; QUE sabe que JORGE ZELADA era uma reinvindicação do PMDB; QUE não tratou com BUMLAI sobre a possível permanência de NESTOR CERVERÓ na Diretoria Internacional; QUE não recebeu de BUMLAI qualquer pedido para que NESTOR CERVERÓ fosse mantido na Diretoria Internacional; QUE sua relação com BUMLAI não permitia tal pedido; QUE não tratou com BUMLAI sobre a indicação de NESTOR CERVERÓ para assumir o cargo de Diretor Financeiro da BR DISTRIBUIDORA; QUE não recebeu qualquer pedido de BUMLAI neste sentido; QUE afirma que BUMLAI nunca pediu qualquer cargo para o Declarante; QUE acha que a indicação de NESTOR CERVERÓ para o cargo de Diretor Financeiro da BR DISTRIBUIDORA foi também uma solicitação do PMDB; QUE reitera que a tramitação de tal nomeação também seguiu os trâmites acima descritos; QUE esteve reunido com JOAO CARLOS FERRAZ, Presidente da SETE BRASIL, em duas ocasiões, já após o término do seu mandato presidencial; QUE esteve com JOÃO CARLOS FERRAZ para discutir o conteúdo nacional dos contratos celebrados pela PETROBRAS; QUE também participaram destas reuniões representantes dos

RE N.º 0008/2015-1 - GINQ/STF/DICOR (INQ. N.º 3989 - STF)

Ood

fls. 6/9



DICOR/DPF Fls. 2889 Rub. _______

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL DIRETORIA DE INVESTIGAÇÃO E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO GINO/STF/DICOR – GRUPO DE INQUÉRITOS DO STF

Sindicatos da Indústria Naval; QUE acha que estas reuniões ocorreram no ano de 2013; QUE não sabe quem fez a solicitação de reunião para que recebesse JOÃO CARLOS FERRAZ: QUE as reuniões acima referidas ocorreram no INSTITUTO LULA; QUE não se recorda de JOSÉ CARLOS BUMLAI pedir para o Declarante uma reunião com JOSÉ CARLOS FERRAZ; QUE não era do seu conhecimento que a OSX pretendia celebrar contratos de construção de navios com a SETE BRASIL; QUE o que o Declarante sabe é que a SETE BRASIL foi feita para construir navios sondas; QUE indagado se alguma vez tratou com BUMLAI a respeito dos contratos da SETE BRASIL, o Declarante afirma que não havia razão para isto, uma vez que pelo que tinha conhecimento BUMLAI era proprietário de usinas de álcool e de cabeças de gado; QUE é pai de MARCOS CLAUDIO LULA DA SILVA, casado com CARLA; FÁBIO LUIS LULA DA SILVA, casado com RENATA; SANDRO LUIS LULA DA SILVA, casado com MARLENE; LUIS CLAUDIO LULA DA SILVA, casado com FÁTIMA; e LURIAN CORDEIRO LULA DA SILVA, separada; QUE não declina os nomes completos das noras em razão de não recordá-los no momento; QUE acha que todos os seus filhos e noras possuem relação de amizade com BUMLAI; QUE nenhuma de suas noras ou mesmo qualquer um de seus filhos, a qualquer título, pediu valores a BUMLAI; QUE nunca realizou qualquer transação financeira com BUMLAI, quer seja por via bancária ou em espécie; QUE indagado a que atribui a existência de pessoas de seu governo investigadas em inquéritos em tramitação no Supremo Tribunal Federal, nos eventos relacionados à OPERAÇÃO LAVA JATO, o Declarante afirma que isto se deve basicamente a três fatores: a) ao processo de transparência e aprimoramento dos órgãos de fiscalização e controle, especialmente a Polícia Federal, o Ministério Público Federal e a Controladoria-Geral da União, ocorridos ao longo dos últimos doze anos; b) à imprensa livre; e c) a um processo de criminalização do Partido dos Trabalhadores; QUE, além disto, não existe até o momento qualquer conclusão final destes apuratórios; QUE indagado se tinha conhecimento dos eventos de corrupção ocorridos na PETROBRAS e desvelados pela OPERAÇÃO LAVA JATO, o Declarante afirma que não tinha conhecimento dos mesmos; QUE afirma que estes fatos não eram também do conhecimento dos órgãos de fiscalização e controle, bem como da própria imprensa;

RE N.º 0008/2015-1 - GINQ/STF/DICOR (INQ. N.º 3989 - STF)

191

fls. 7/

DICOR/DPF Fis. 2890 Rub.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL DIRETORIA DE INVESTIGAÇÃO E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO GINQ/STF/DICOR – GRUPO DE INQUÉRITOS DO STF

QUE não crê que os principais Partidos da base aliada do Governo tenham, através de suas principais Lideranças, obtido vantagens indevidas a partir dos contratos das diversas Diretorias da PETROBRAS; QUE é sócio da LILS; QUE a LILS é a pessoa jurídica que faz a gestão das palestras realizadas pelo Declarante; QUE suas palestras têm como tema principal apresentar o Brasil, em razão de sua vivência política; QUE suas palestras possuem um valor fixo, independente do contratante; QUE os valores são pagos por via bancária diretamente para a LILS; QUE no ano de 2014 realizou cerca de 10 (dez) palestras, talvez uma ou duas fora do Brasil; QUE não se recorda em que país foram realizadas essas palestras do ano de 2014; QUE no ano de 2015 realizou cerca de 03 (três) palestras; QUE desde o ano de 2011 já realizou mais de 70 palestras no Brasil e no exterior; QUE o Declarante afirma que não participa de sociedades, não possui bens e não movimenta valores por meio de terceiros. Nada mais disse e nem lhe foi perguntado. Foi então advertido(a) da obrigatoriedade de comunicação de eventuais mudanças de endereço em face das prescrições do Art. 224 do CPP. Encerrado o presente que, lido e achado conforme, assinam com a Autoridade Policial, com o(a) Declarante, na presença de seu(sua, s) Advogado(a, s) CRISTIANO ZANIN MARTINS, inscrito(a) na OAB/SP sob n.º 172730 e LUIZ CARLOS SIGMARINGA SEIXAS, inscrito_(a) na OAB/DF sob o n.º 814, comercial (11) 3060-3324 e (61) 3224-1166, respectivamente, e comigo, OEZER SOUSA BARROSO, Escrivão de Polícia Federal, 1ª Classe, Matrícula/DPF n.º 14.368, lotado(a) e em exercício no(a) Diretoria de Investigação e Combate ao Crime Organizado - DICOR/DPF, que o lavrei.

AUTORIDADE POLICIAL:

DPF JOSELIO AZEVEDO DE SOUSA, Matribula/DPF n.º 9.518

DECLARANTE :....

LUIZ INACIO LULA DA SILVA

le

fls. 8/9



DICOR/DPF Fls. **2891**Rub.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL DIRETORIA DE INVESTIGAÇÃO E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO GINQ/STF/DICOR – GRUPO DE INQUÉRITOS DO STF

ADVOGADO _(A)	ORISTIANO ZANIN MARTINS, OAB/SP 1/2730
ADVOGADO _(A)	LUIZ CARLOS SIGMARINGA SEIXAS, OAB/DF n.º 814
ESCRIVÃO _(Ã)	EPF DEZER SOUSA BARROSO, Matricula/DPF n.º 14.368

X